

2026

1ª cota de janeiro

Comunicado Decendial

FPM / FPE / IPI-Exp / FUNDEB

Comunicado Decendial

A Secretaria do Tesouro Nacional informa que o Banco do Brasil S.A. creditará em 09/01/2026, já descontados os 20% (vinte por cento) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, os recursos correspondentes à **primeira** parcela do mês de **janeiro de 2026** dos **Fundos de Participação - FPM/FPE**, no valor total de **R\$ 11.877.167.869,34**, calculados com base na arrecadação líquida do Imposto de Renda - IR, no valor de R\$ 29.758.506.032,49, e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, no valor de R\$ 3.983.448.141,49.

Para obter o valor da cota individual de cada beneficiário, multiplica-se o valor líquido **da terceira cota do mês de dezembro de 2025**, creditado em 30/12/2025, pelo **fator de multiplicação** informado abaixo:

FUNDO	VALOR EM R\$	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO
FPM	6.073.551.751,43	1,0362
FPE	5.803.616.117,91	Vide página 3
IPI-EXPORTAÇÃO	318.675.851,36	2,0196

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%)

Obs 2.: Para o cálculo das cotas individuais deve-se considerar, além do fator de multiplicação, também a variação ocorrida no respectivo coeficiente de participação em relação ao ano anterior.

Serão também creditadas no FUNDEB, na mesma data, as retenções nos termos da lei, com a seguinte composição:

RETENÇÃO E DEPÓSITO FUNDEB			
ORIGEM FPM	ORIGEM FPE	ORIGEM IPI-EXP	TOTAL
R\$ 1.518.387.937,86	R\$ 1.450.904.029,48	R\$ 79.668.962,84	R\$ 3.048.960.930,18

Encontra-se ao final a discriminação da base de cálculo relativa a esta distribuição.

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse a página do Tesouro Nacional <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Depósito Bancário (FPM, FPE e IPI-EX)”.

Para receber esse comunicado via e-mail, solicite sua inclusão na lista de distribuição de correio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional referente às transferências constitucionais [clicando aqui](#).

Demonstrativo das Transferências das Receitas Federais aos Estados, Distrito Federal e Municípios e aos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste - 1ª cota de janeiro de 2026

DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO						R\$ MIL
RECEITAS	ARRECADAÇÃO BRUTA (A)	DEDUÇÃO PIN (B)	DEDUÇÃO PROTERRA (C)	INCENTIVOS FISCAIS (D)	RESTITUIÇÃO (E)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (F=A-B-C-D-E)
Imposto de Renda de Pessoa Física	3.459.178	-	-	-	23.410	3.435.768
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	14.144.168	-	-	375	3.708.274	10.435.520
Imposto de Renda Retido na Fonte	15.081.690	-	-	-	629.918	14.451.772
Multas e Juros (I.R.)	1.436.158	-	-	-	712	1.435.446
SUBTOTAL - IR	34.121.193	-	-	375	4.362.313	29.758.506
Imposto sobre Produtos Industrializados	4.161.354	-	-	-	324.323	3.837.031
Multas e Juros (IPI)	146.839	-	-	-	423	146.417
SUBTOTAL - IPI	4.308.194	-	-	-	324.746	3.983.448
TOTAL RECEITAS	38.429.387	-	-	375	4.687.059	33.741.954

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO						R\$ MIL
RECEITAS	MUNICÍPIOS	ESTADOS		REGIÕES		
	FPM (22,5% x F)	FPE (21,5% x F)	IPI-EXP (10% x F)	FNE (1,8% x F)	FNO (0,6% x F)	FCO (0,6% x F)
Imposto de Renda de Pessoa Física	773.048	738.690		61.844	20.615	20.615
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	2.347.992	2.243.637		187.839	62.613	62.613
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.251.649	3.107.131		260.132	86.711	86.711
Multas e Juros (I.R.)	322.975	308.621		25.838	8.613	8.613
SUBTOTAL - IR	6.695.664	6.398.079		535.653	178.551	178.551
Imposto sobre Produtos Industrializados	863.332	824.962	383.703	69.067	23.022	23.022
Multas e Juros (IPI)	32.944	31.480	14.642	2.636	879	879
SUBTOTAL - IPI	896.276	856.441	398.345	71.702	23.901	23.901
Retenção para o Fundeb (-20%)	1.518.388	1.450.904	79.669			
TOTAL	6.073.552	5.803.616	318.676	607.355	202.452	202.452

Observações:

Receita classificada referente ao período de 21 a 31/12/2025.

Na arrecadação bruta do IR estão incluídos os incentivos fiscais e o PIN/PROTERRA.

Demonstrativo da Distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE)

1ª cota de janeiro de 2026

A partir de 1º de janeiro de 2016 passaram a vigorar os novos critérios de distribuição do FPE presentes na Lei Complementar nº 143 de 2013: para cada decêndio a partir de 2016, os valores que as unidades federativas receberam no correspondente decêndio do exercício de 2015 será corrigido pela variação acumulada do IPCA e por 75% da variação real do último PIB definitivo disponível. Com isso, cria-se um valor de referência que separará dois critérios de distribuição.

Caso o percentual da arrecadação líquida do IR e IPI destinado ao FPE seja inferior ao valor de referência, o valor será integralmente distribuído de acordo com os coeficientes fixos constantes do anexo da LC 62/89. No entanto, se o montante a ser distribuído superar o valor de referência, a parcela excedente será distribuída conforme os novos critérios estabelecidos no inciso III da LC 143/13.

A fim de normatizar os procedimentos a serem seguidos pelas diversas instituições envolvidas na distribuição dos recursos do FPE segundo a nova metodologia – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Banco do Brasil e o próprio Tribunal de Contas da União – o TCU emitiu a Instrução Normativa nº 75, de 9 de dezembro de 2015, na qual fixou, dentre uma série de outros dispositivos, as seguintes regras para o cálculo das cotas decendiais devidas às unidades da federação (art. 9º, § 5º):

- Empregar a variação acumulada do IPCA no período entre o mês anterior ao corrente e o mês correspondente ao múltiplo de doze meses nas distribuições do segundo e do terceiro decêndios do mês corrente e do primeiro decêndio do mês seguinte;
- Utilizar a variação real anual do PIB definitivo informada em novembro de cada ano nas distribuições de todo o exercício seguinte.

FPE a ser distribuído no 1º decêndio de jan/26

R\$ 5.803.616.117,91

FPE distribuído no 1º decêndio de jan/15 (a)	Correção PIB ¹ (b)	Correção IPCA ² (c)	Valor de Referência (d=a*b*c)
R\$ 2.954.896.562,97	1,02400	1,8317	R\$ 5.542.383.651,22

1) 75% da variação do PIB definitivo de 2023, divulgado pelo IBGE em nov/25, em relação ao PIB de 2022.

2) Variação acumulada do IPCA entre nov/14 e nov/25.

Distribuição - critério art. 2º, inciso II e § 2º da LC 143/13	Distribuição - critério art. 2º, inciso III da LC 143/13
95,4988%	4,5012%

Demonstrativo da Distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE)

1ª cota de janeiro de 2026

ESTADOS	UF	Participação definida pelo inciso II e § 2º do Art. 2º da LC 62/89	Distribuição critério inciso II e § 2º do Art. 2º da LC 62/89	Participação definida pelo inciso III da LC 143/13	Distribuição critério inciso III da LC 143/13	Valor a ser repassado do FPE
Acre	AC	3,4210	R\$ 189.604.945	4,2414	R\$ 11.079.822	R\$ 200.684.767
Alagoas	AL	4,1601	R\$ 230.568.702	4,3430	R\$ 11.345.216	R\$ 241.913.919
Amapá	AP	3,4120	R\$ 189.106.130	3,6523	R\$ 9.541.035	R\$ 198.647.165
Amazonas	AM	2,7904	R\$ 154.654.673	4,9749	R\$ 12.996.101	R\$ 167.650.774
Bahia	BA	9,3962	R\$ 520.773.453	8,6130	R\$ 22.499.942	R\$ 543.273.395
Ceará	CE	7,3369	R\$ 406.639.146	6,8646	R\$ 17.932.598	R\$ 424.571.744
Distrito Federal	DF	0,6902	R\$ 38.253.532	0,6731	R\$ 1.758.254	R\$ 40.011.786
Espírito Santo	ES	1,5000	R\$ 83.135.755	2,0482	R\$ 5.350.435	R\$ 88.486.190
Goiás	GO	2,8431	R\$ 157.575.510	2,8024	R\$ 7.320.677	R\$ 164.896.186
Maranhão	MA	7,2182	R\$ 400.060.337	6,5020	R\$ 16.985.241	R\$ 417.045.578
Mato Grosso	MT	2,3079	R\$ 127.912.672	1,5427	R\$ 4.029.989	R\$ 131.942.661
Mato Grosso do Sul	MS	1,3320	R\$ 73.824.550	1,6363	R\$ 4.274.429	R\$ 78.098.980
Minas Gerais	MG	4,4545	R\$ 246.885.480	5,0243	R\$ 13.125.118	R\$ 260.010.598
Pará	PA	6,1120	R\$ 338.750.489	6,3498	R\$ 16.587.729	R\$ 355.338.217
Paraíba	PB	4,7889	R\$ 265.419.211	4,5333	R\$ 11.842.462	R\$ 277.261.673
Paraná	PR	2,8832	R\$ 159.798.005	2,0362	R\$ 5.319.155	R\$ 165.117.161
Pernambuco	PE	6,9002	R\$ 382.435.557	6,4423	R\$ 16.829.283	R\$ 399.264.839
Piauí	PI	4,3214	R\$ 239.508.567	4,3566	R\$ 11.380.778	R\$ 250.889.345
Rio de Janeiro	RJ	1,5277	R\$ 84.670.995	2,3775	R\$ 6.210.716	R\$ 90.881.711
Rio Grande do Norte	RN	4,1779	R\$ 231.555.247	3,5455	R\$ 9.262.083	R\$ 240.817.330
Rio Grande do Sul	RS	2,3548	R\$ 130.512.050	1,4429	R\$ 3.769.224	R\$ 134.281.274
Rondônia	RO	2,8156	R\$ 156.051.354	2,8690	R\$ 7.494.799	R\$ 163.546.153
Roraima	RR	2,4807	R\$ 137.489.911	3,8457	R\$ 10.046.256	R\$ 147.536.167
Santa Catarina	SC	1,2798	R\$ 70.931.426	1,1720	R\$ 3.061.673	R\$ 73.993.099
São Paulo	SP	1,0000	R\$ 55.423.837	1,5194	R\$ 3.969.291	R\$ 59.393.128
Sergipe	SE	4,1553	R\$ 230.302.668	3,7916	R\$ 9.904.825	R\$ 240.207.493
Tocantins	TO	4,3400	R\$ 240.539.450	2,8003	R\$ 7.315.335	R\$ 247.854.785
TOTAL		100,0	R\$ 5.542.383.651	100,0	R\$ 261.232.467	R\$ 5.803.616.118

(*) Os valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao FUNDEB.

Obs.: valores estimados. O cálculo definitivo do repasse está a cargo do Banco do Brasil.

Coordenação-Geral de Transferências Intergovernamentais - COINT/STN/MF

Em caso de dúvida, clique [aqui](#).